



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

29 e 30 de junho 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () Debate () Extra	() Atos e Fatos () A tarde () Correio de Notícias () O quarto poder () Internet / Blog	() Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida () Geral () Polícia	() Outros
DATA 29 / 06 / 2017	Página 03	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada () Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa	

Campanha contra as drogas tem caminhada em Bacabal

Após o lançamento, foi realizada uma caminhada pelas ruas da cidade, que culminou com uma celebração ecumênica na Praça da Bíblia, com a participação de líderes religiosos de várias igrejas

BACABAL

A campanha Maranhão na Prevenção às Drogas foi lançada segunda-feira, 26, em Bacabal. O procurador-geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho; o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais da PGJ Marco Antonio Amorim; o assessor especial Márcio Thadeu Silva Marques; promotores e juizes da Comarca, além de vereadores, estudantes e populares, participaram da solenidade no Fórum de Justiça.

A coordenadora da Comissão Externa sobre o Consumo de Drogas entre jovens no Brasil, deputada federal Eliziane Gama, também esteve presente. O juiz Júlio Praseres representou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão,



Caminhada abriu campanha em Bacabal, com a participação de membros do Ministério Público

CEDRAL

Em Cedral, a campanha contra as drogas foi lançada no último dia 23. Na ocasião, o promotor de Justiça Ariano Tércio de Aguiar proferiu palestra a respeito do tema. Estiveram presentes a juíza da Comarca,

Márcia Garcez Daleth, o desembargador José Luiz Almeida e o juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça, Júlio Praseres, além de representantes das Prefeituras de Cedral e Porto Rico do Maranhão.

Município destinará verba para Fundo Antídrogas

desembargador Cleones Cunha.

Após o lançamento, foi realizada uma caminhada pelas ruas de Bacabal, que culminou com uma celebração ecumênica na Praça da Bíblia, com a participação de líderes religiosos de várias igrejas.

Para o procurador-geral de Justiça, a campanha pode ajudar a conscientizar jovens e crianças so-

bre os prejuízos causados pelo consumo de drogas. "É papel de todos mobilizar e disseminar informações que ajudem a evitar esse primeiro contato", frisou.

Durante a solenidade, um representante da Prefeitura de Bacabal anunciou que o município irá destinar verba orçamentária, no valor de R\$ 160 milhões, para o Fundo Municipal Antídrogas.

Campanha

A campanha Maranhão na Prevenção às Drogas é promovida pelo Comitê Estadual de Prevenção às Drogas, formado pelo Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça do Maranhão, Câmara dos Deputados e Polícia Rodoviária Federal, com apoio do Governo do Maranhão, Federação dos Municípios do Maranhão e

Polícia Federal.

Por meio da ação coordenada entre as instituições, o grupo objetiva desenvolver políticas públicas sobre combate e prevenção às drogas no Maranhão, incentivando a criação de fóruns, conselhos, serviços de prevenção, tratamento e acolhimento dos usuários. O público-alvo da campanha é de adolescentes e jovens de 12 a 29 anos.●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	7) Outros ESTADO	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
DATA 29 / 06 / 2017	Página 6		

MP oferece denúncia contra três pessoas por desvios de recursos da Educação

Um dos envolvidos é Beto Rocha, ex-companheiro da ex-prefeita Lidiane Leite

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bom Jardim ofereceu Denúncia, em 23 de junho, contra Moisés Sousa da Silva, Humberto Dantas dos Santos (mais conhecido como Beto Rocha, ex-marido da ex-prefeita Lidiane Leite) e Mauro Franpereira Lima. Motivou a manifestação ministerial o desvio de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), transferidos para o Município de Bom Jardim nos anos de 2013 a 2015.

A Ação Penal foi ajuizada pelo promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira. A conduta dos denunciados causou dano ao erário no valor de R\$ 137.864,50.

Os três envolvidos foram denunciados pelos crimes de associação criminosa, peculato, estelionato e falsidade ideológica. Também violaram a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93).

Se condenados, Moisés Sousa da Silva, Beto Rocha e Mauro Franpereira Lima podem ser penalizados, cada um, com prisão de 11 a 40 anos.

CORRUPÇÃO

Recursos do PDDE foram cedidos ao Município de Bom Jardim para a construção de cisternas, poços artesanais e para a instalação de bombas hidráulicas em escolas da rede pública municipal, especialmente nas unidades Juscelino Kubitschek, Santa Rita de Cássia, José de Anchieta, Mendes Sá e São José. A pedido de Beto Rocha, o dinheiro foi depositado nas contas de Moisés Sousa da Silva, contratado sem licitação para promover as melhorias nas escolas. Beto era marido da então prefeita Lidiane Leite, tendo sido nomeado por ela para o cargo de secretário de Articulação Política.

De acordo com o promotor de justiça, Beto Rocha convenceu gestoras da Secretaria Municipal de Educação e diretores das escolas a repassar os recursos recebidos do PDDE para Moisés Sousa da Silva, com a promessa de que as obras seriam

realizadas. No entanto, este jamais prestou os serviços prometidos.

Para dar aparência de legalidade, foi conseguida a adesão de Mauro Franpereira Lima, representante legal da empresa F. Pereira Lima Materiais para Construção – ME. A função deste último era emitir notas fiscais de materiais, que supostamente seriam usados nas obras a serem realizadas nas unidades educacionais.

Nos autos consta a emissão de notas fiscais com registros de construção de cisterna e caixa d'água nas escolas, melhorias que nunca foram feitas.

“Moisés além de não ter participado e vencido qualquer licitação, não prestou os serviços prometidos, apesar de ter enriquecido com os recursos desviados do Município”, afirmou o promotor de justiça, na ação.

Fábio Santos de Oliveira acrescentou que os denunciados estavam previamente em conluio e agiram com unidade de propósitos. Também apontou que o procedimento licitatório não foi deflagrado por interferência direta de Beto Rocha, que ainda fez os gestores da Secretaria de Educação acreditarem na existência de licitação para as obras. “Oportuno salientar que Moisés e Beto agiam como autores intelectuais, sendo beneficiários diretos do peculato. As condutas praticadas por eles configuram vários ilícitos, tanto na esfera penal quanto na administrativa”, frisou.

O promotor de justiça apontou, ainda, que a ex-prefeita Lidiane Leite só se candidatou ao cargo, porque Beto Rocha queria assumir a prefeitura, mas estava impedido de se candidatar devido a pendências com a Justiça Eleitoral. Contudo, era ele que conduzia a administração de fato. “Como não podia se candidatar, ele decidiu apoiar a candidatura de sua esposa, Lidiane Leite, a qual ganhou as eleições e tomou posse no cargo”, declarou o representante do Ministério Público, na ação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 29 / 06 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Governo e Ministério Público unem esforços no combate ao abate clandestino

Conhecer a origem dos produtos que adquire é um direito dos consumidores. No caso da carne, a origem e o manuseio adequado são fundamentais também para a saúde. Pensando nisso, Governo do Estado e o Ministério Público Estadual se reuniram na terça-feira (27) para planejar a realização de trabalhos conjuntos de fortalecimento dos sistemas de inspeção e combate ao abate clandestino.

A Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrma) e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged) definiram a criação do Sistema Estadual de Inspeção, que vai permitir que estabelecimentos como abatedouros e frigoríficos que possuem o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) possam comercializar sua carne a nível estadual, permitindo o maior acesso da população à carne de qualidade.

De acordo com o titular da

Sagrma, Márcio Honaiser, essa é uma questão de saúde pública da maior importância. "O Governo do Estado tem a preocupação de aumentar a produção, mas também que essa produção tenha qualidade. No caso das carnes, é importante que ela tenha inspeção sanitária, que é uma questão de saúde pública. Para isso, é importante fortalecer os sistemas municipais de inspeção, combater os abatedouros clandestinos e criar mecanismos de regularização e fiscalização que possam assegurar que os locais onde são realizados abates tenham as condições essenciais de higiene", explicou.

Responsável pelo funcionamento do Serviço de Inspeção Estadual (SIE), a Aged fiscaliza os estabelecimentos de produtos de origem animal que atendem às normas sanitárias exigidas para a comercialização interestadual. Além disso, a agência atua, em parceria com o Ministério Público, fomentando a criação do

serviço em nível municipal, com os treinamentos de implantação do SIM, realizados com os técnicos dos municípios.

Apesar de ter sido instituído, pela Lei N° 7.889/1989, que nenhum estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal pode funcionar no Brasil sem que esteja previamente registrado, poucos municípios maranhenses possuem serviços de inspeção. Atualmente, 18 municípios possuem legislação aprovada sobre a inspeção municipal, mas, até 2013, somente São Luís, Imperatriz, Bacabal e Açailândia contavam com esse serviço.

A criação do Serviço de Inspeção Estadual busca justamente incentivar os municípios a implantarem o SIM e os estabelecimentos a buscarem o registro, de modo a ter acesso a todo o mercado interestadual. Para a promotora Lítia Cavalcanti, titular da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, é fundamental que governos estadual e municipais, MP e demais instituições ligadas à atividade estejam unidas em um trabalho que envolve não só registro e fiscalização, como também conscientização da

população.

"Essa reunião é um prosseguimento de um trabalho inicial já realizado em São Luís, de conscientização, mas sabemos que existe uma necessidade muito grande de enfrentamento da questão da clandestinidade e da questão cultural do consumidor maranhense, que tem a preferência de comprar no açougue, em que a carne está fresca mas ele não sabe a procedência. São vários tópicos no aspecto da carne que, fazendo essa mudança, com esse impacto cultural, vai ser possível para o consumidor saber exatamente o que ele está comprando. Para que isso ocorra, é preciso que todos esses órgãos estejam unidos, em um enfrentamento sério e definitivo", disse.

Metropolização
Para iniciar a operacionalização do Sistema Estadual de Inspeção, foi escolhida a Região Metropolitana de São Luís, composta por 13 municípios. Por meio de decreto que será publicado em breve, os estabelecimentos localizados nessa região que tiverem o selo de Inspeção Municipal poderão comercializar carne entre esses municípios.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>29/06/2017</i>	Página <i>01</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MÁFIA DO CÂRCERE

Delegado, escritã, carcereiro e investigador são presos

Os acusados, delegado Thiago Filippini, a escritã Silvy Helena e o investigador Glauber Santos, tiveram suspensos os portes de arma de fogo e o exercício da função pública. Eles são suspeitos de fazer parte de uma organização criminosa e das práticas de crimes de concussão e corrupção passiva. **VIDA**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 29 / 06 / 2017	Página 04	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Escândalo na Polícia Civil

Delegado, escrivã, investigador e carcereiro são presos preventivamente por decreto judicial, suspeitos de receber propina para não autuar criminosos

DOUGLAS CUNHA

N a manhã desta quarta-feira (28) foram presos um delegado, uma escrivã, um investigador e um carcereiro, lotados na Delegacia da Polícia Judiciária, em Açailândia. Os suspeitos foram transferidos para São Luís e recolhidos à cadeia da Polícia Civil, na Cidade Operária.

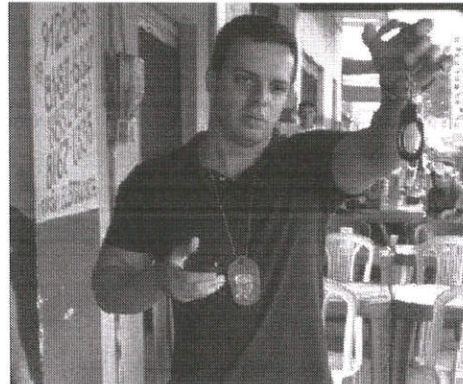
O delegado Thiago Gardon Filippini, a escrivã Silvyia Helena Alves, o investigador Glauber Santos da Costa e o carcereiro Mauri Célio da Costa Silva foram denunciados pela promotora de justiça Camila Gaspar Leite, da Comarca de Açailândia,

e tiveram a prisão preventiva decretada pelo juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira. Os acusados, o delegado Thiago Filippini, a escrivã Silvyia Helena e o investigador Glauber Santos, tiveram suspensos os respectivos portes de arma de fogo e o exercício da função pública.

Os referidos são suspeitos de fazer parte de uma organização criminosa e das práticas de crimes de concussão e corrupção passiva. Consta que os suspeitos cobravam dinheiro para livrar pessoas de prisão em flagrante e que em algumas situações os acusados eram surpreendidos em práticas delituosas e, em outras, a prisão em flagrante era for-

jada pelos policiais civis envolvidos.

Consta que a operação criminosa dos policiais se desenvolvia quando a pessoa em situação de flagrante delito era conduzida a delegacia pelo investigador Glauber e o carcereiro Mauri Célio. Ali, o delegado Thiago Filippini autorizava, ou não, a cobrança da propina. Quando havia a permissão do delegado, a escrivã Silvyia Helena e o investigador Glauber Santos Costa contatavam com o advogado Eric Carosi que se apresentava ao conduzido e intermediava o acordo com o delegado Thiago. Os valores eram divididos entre os membros do grupo.



Delegado Thiago Gordon Filippini é acusado de receber propinas

4
policiais

foram presos preventivamente por ordem do Judiciário



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Caixa</i>
DATA <i>29 / 06 / 2017</i>	Página <i>01</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Delegado e equipe presos por crime de corrupção

O delegado Thiago Gardoni Filipini, o investigador Glauber da Costa, a escrivã Silvia Helena Alves e o carcereiro Mauricélio da Costa Silva, lotados em Açailândia, foram presos, acusado de corrupção. **POLÍCIA 4**

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 29 / 06 / 2017	Página 04	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Delegado de Açailândia e sua equipe são presos por crime de corrupção

Thiago Gardoni, um investigador, escrivã, carcereiro e um advogado, que também participava da organização criminosa, foram trazidos ontem para São Luis

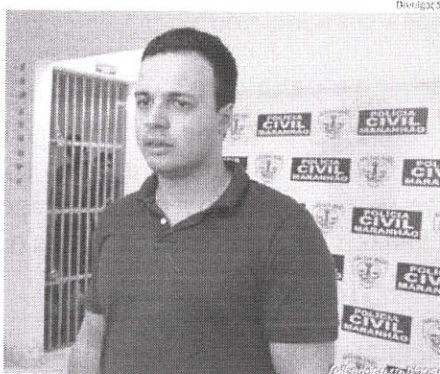
ISMAELARAÚJO
Da editoria de Polícia

Mais um delegado da Polícia Civil, lotado na cidade de Açailândia, foi preso, acusado de fazer parte de organização criminosa e cometer crime de corrupção. Além do delegado Thiago Gardoni Filipini, titular do 1º Distrito Policial do município, toda a sua equipe - o investigador Glauber Santos da Costa, a escrivã Sílvia Helena Alves e o carcereiro Mauricélio da Costa Silva - foi presa, assim como o advogado Erick Nascimento Carosi.

"Todos os detidos faziam parte de uma organização criminosa e agiam dentro da delegacia de Polícia Civil de Açailândia", declarou o delegado-geral da Polícia Civil do Maranhão, Lawrence Melo. Ele informou ainda que a cúpula da Secretaria de Segurança Pública (SSP) foi informada, no começo deste ano, por meio de uma denúncia do Ministério Público de Açailândia, de que o grupo vinha cometendo atos criminosos.

A Secretaria de Segurança Pública, de imediato, determinou que o caso fosse investigado pela equipe da Superintendência de Combate à Corrupção (Secori) e acabou constatando que várias irregularidades estavam sendo realizadas pelo delegado Thiago Filipini, com a participação de sua equipe de policiais e do advogado Erick Nascimento Carosi.

Eles estavam realizando prisões na cidade e, para liberar os acusados, na maioria das vezes acordado com a presença do advogado Erick Nascimento, era cobrado determinado valor, dependendo da situação financeira do detido. O bando também efetuava prisões de pessoas sem qualquer procedimento contra elas, que eram soltas me-



Delegado Thiago Gardoni Filipini que foi preso ontem em Açailândia

NÚMERO

2

delegados da Polícia Civil lotados em Açailândia já foram presos nos últimos quatro anos, acusados de integrar organizações criminosas e crime de corrupção

dante pagamento. "O valor acordado era relativo e, no momento, não tem como quantificar", explicou o delegado Lawrence Melo.

O delegado-geral disse ainda que após o trabalho de investigação, foi solicitada ao Poder Judiciário a prisão preventiva dos acusados e os mandados foram cumpridos ontem. Todos os envolvidos foram presos em Açailândia e removidos ontem mesmo para São Luis.

O delegado Thiago Filipini e sua equipe, o investigador Glauber Santos, a escrivã Sílvia Helena Alves e o

carcereiro Mauricélio da Costa foram levados para o anexo da Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), reservado para a prisão de policiais civis, enquanto o advogado Erick Nascimento está no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Prisão de delegada

Esse foi o segundo caso de delegados presos em Açailândia. No dia 13 de junho de 2013, ocorreu a prisão da delegada Cleir Reis, da Delegacia da Mulher de Açailândia, acusada de crime de evasão. Segundo a polícia, o blogueiro dessa cidade, Sinyger Vidal, vinha sendo coagido pela quadrilha montada pela delegada para pagar R\$ 5.000,00 para não ser preso por um crime não cometido pelo blogueiro.

A delegada também vinha sendo investigada pela cúpula da SSP e pela Promotoria da Correção e Controle Externo da Polícia Civil. A investigação documentou vários casos, com potencial para cerca de 100 vítimas que a delegada teria solicitado propina para não levar a termo investigativo na esfera da Delegacia da Mu-

"Todos os detidos faziam parte de uma organização criminosa e agiam dentro da delegacia de Polícia Civil de Açailândia"

LAWRENCE MELO,
delegado-geral da Polícia Civil

lher. Entre os crimes estão pedofilia, estupro contra vulneráveis e violência contra mulheres.

Prisão de militar

Além da prisão dos policiais civis, uma equipe da Secori, após representação feita ao luízo da Central de Inquéritos de São Luis, com apoio da Polícia Militar, prendeu, no último dia 26, o terceiro sargento Fernando Araújo Sobrinho e o soldado Carlos Magno dos Santos Pereira, ambos da PM, e o vigilante José Arnaldo Coelho Soares.

Eles foram presos suspeitos da prática de roubo ocorrido no dia 12 de maio deste ano, a um comércio localizado no Anjo da Guarda, de onde foram levados dinheiro e máquinas caça-níquel. Na ação criminosa, os acusados usaram coletes, armas de fogo e o carro particular do PM Sobrinho, um Renault Duster.

Os dois militares tiveram ainda prisão preventiva decretada pela Vara da Central de Inquéritos pela suspeita de prática de roubo de um veículo Corolla, ocorrido no dia 2 de dezembro do ano passado, no Outeiro da Cruz. Na ocasião, a dupla criminosa estava em companhia de um terceiro homem, que ainda está foragido. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>CAPA</i>	
DATA <i>29 / 06 / 2017</i>	Página <i>X</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Divulgação



O delegado Thiago Fillipini, segundo as investigações, estava à frente do grupo que extorquia presos para evitar lavratura do flagrante.

Delegado, equipe do 1º DP e advogado são presos sob acusação de corrupção

A Polícia prendeu, ontem, em cumprimento a mandado de preventiva, um delegado, um investigador, uma escrivã e um carcereiro do 1º Distrito Policial de Açailândia. O grupo é investigado por corrupção no exercício de suas funções. Um advogado também foi conduzido por integrar a organização criminosa.

PÁG. 12 TC



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 29 / 06 / 2017	Página 12	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Delegado, equipe do 1º DP de Açailândia e um advogado são presos por corrupção

NELSON MELO

Em cumprimento a mandado de prisão preventiva, um delegado, um investigador, uma escrivã e um carcereiro do 1º Distrito Policial (DP) de Açailândia, no oeste do Maranhão, foram capturados pela Polícia Civil, na manhã dessa quarta-feira (28). O grupo é investigado por corrupção no exercício de suas funções, sendo que um advogado também foi conduzido por integrar a organização criminosa. De acordo com explicações do delegado-geral de Polícia Civil, Lawrence Melo, a prisão do grupo foi o resultado de uma investigação da Superintendência de Combate à Corrupção (Seccor), após diversas denúncias repassadas ao Ministério Público. Sendo assim, a equipe prendeu o delegado Thiago Fillipini, que havia sido nomeado recentemente na instituição; o investigador Gláuber Santos da Costa; a escrivã Sílvia Helena Alves; o carcereiro Mauricélio Costa Silva, e o advogado Eric Nascimento. Segundo Lawrence, a prisão do grupo foi uma



O delegado Thiago Fillipini, segundo as investigações, estava à frente do grupo que extorquia presos para evitar lavratura do flagrante

Divulgação

determinação da Vara de Combate ao Crime Organizado, pois, no lugar de proceder como orienta a legalidade, seguindo os padrões éticos e profissionais, agia no sentido de beneficiar criminosos que eram levados ao 1º DP para serem interrogados e posteriormente autuados. O delegado Tiago e os demais negociavam valores com os suspeitos, para que escapassem da lavratura de um auto de prisão. O delegado-geral contou que o advogado fazia parte do esquema somente para "maquiar" uma defesa do criminoso, mas ele também recebia o dinheiro, que era dividido para todos da organização. Conforme Lawrence, há comprovação do esquema por meio de testemunhas e também na materialidade, pois Fillipini ordenava que até mesmo dados registrados no sistema da Secretaria de Segurança Pública fossem modificados em prol dos bandidos que eram levados à delegacia. O delegado e os demais foram transferidos de helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA) para São Luís, ainda na tarde de ontem.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 19 / 06 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Inquérito contra auxiliares de Dino já está no TJ-MA

Tanto o secretário Márcio Jerry quanto a ex-assessora da Educação Simone Limeira prestaram depoimentos sob sigilo de Justiça determinado pelo tribunal

GIHERTO LEDA
Da editoria de Política

O inquérito aberto por determinação da Justiça para apurar suposto crime de corrupção cometido pelo secretário da Comunicação e Assuntos Políticos, Márcio Jerry, e pela ex-assessora especial do Palácio dos Leões Simone Limeira, ambos do PCdoB, foi concluído pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor) - órgão vinculado à Polícia Civil - e encaminhado ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A informação foi confirmada ontem a *O Estado* pelo delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo. Segundo ele, as investigações foram concluídas em fevereiro - apesar de o sistema de acompanhamento de processos não registrar nenhuma nova movimentação desde janeiro. Os dois acusados foram ouvidos.

"A Polícia Civil, por meio da Seccor, instaurou o inquérito policial para apuração dos fatos descritos na requisição judicial, atuando com presteza e cumprindo os prazos legais atinentes à investigação criminal", destacou Melo.

Ele acrescentou que o processo tramita sob sigilo, "por ordem do pró-



Márcio Jerry e Simone Limeira depuseram em sigilo à Polícia Civil

prio desembargador relator".

"O inquérito foi concluído em fevereiro de 2017 e encaminhado ao TJ, onde tramita sob sigilo de Justiça, por ordem do próprio desembargador relator", completou.

Propina

O inquérito contra Jerry e Limeira foi aberto após despacho da juíza Patrícia Marques Barbosa, da 4ª Vara Criminal de São Luís. A magistrada atendeu pedido da promotora Moema Viana Pereira, da 3ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade, depois de uma representação dos deputados Sousa Neto (Prosi) e Andrea Murad (PMDB) ter sido encaminhada pelo Ministério Público Federal (MPF) ao MP estadual. No entanto, como Márcio



Arquivo

feitas pelos deputados Sousa Neto e Andrea Murad", destacou Simone Limeira.

Márcio Jerry considerou "absurdas" as acusações feitas pelos parlamentares, "baseadas em postagens de blogs". "O processo corre em sigilo de Justiça. Lá fui ouvido e demonstrei clara e cabalmente tratar-se de uma acusação absolutamente infundada, despropositada e absurda", declarou. ●

REPRESENTAÇÃO

Deputada aponta gravidade no caso

Uma das autoras da representação que culminou com a instauração do inquérito contra Márcio Jerry e Simone, a deputada estadual Andrea Murad disse ontem que, ao resolver pedir e determinar a apuração da denúncia, o Ministério Público e a Justiça "reconheceram a gravidade" dos fatos narrados.

O deputado Sousa Neto é o segundo signatário da representação. "O Ministério Público e a Justiça reconheceram a gravidade dos crimes denunciados por nós em 2015, tanto que foi aberto um inquérito policial", opinou ela.

Jerry é secretário de Estado, o caso foi remetido ao TJ.

Limeira foi acusada pelo líder indígena Uirauchene Soares, de Grajaú, de haver cobrado propina para liberar pagamentos a uma empresa ligada a ele, que trabalha com transporte escolar indígena na região.

Jerry foi acusado, também pelo índio, de ter oferecido dinheiro pelo fim das manifestações de índios que acamparam em frente aos Palácios dos Leões e na Assembleia Legislativa contra os atrasos no pagamento do transporte escolar.

A *O Estado*, ambos disseram já haver prestado esclarecimentos e negaram as acusações.

"Já prestei todos os esclarecimentos provando minha absoluta inocência diante das acusações



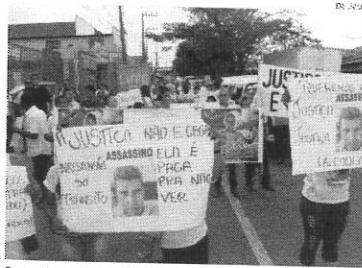
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 29 / 06 / 2017	Página 06	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Por justiça, familiares de homem morto fazem manifestação

Ato aconteceu na tarde de ontem, na Avenida Lourenço Vieira da Silva, em SL.



Com cartazes, familiares e amigos pediram justiça em manifestação

Familiares e amigos do motorista de ônibus Domingos Dutra – conhecido como Duda –, que foi morto por atropelamento na rotatória em frente à Universidade Estadual do Maranhão (Uema) na terça-feira, 28, promoveram manifestação na tarde de ontem em São Luís (SL), cuja concentração ocorreu no Terminal do São Cristóvão, seguido em passeata pela Avenida Lourenço Vieira da Silva até o local exato onde a vítima foi atingida pelo veículo.

Durante a manifestação, os participantes clamaram por justiça, já que, segundo eles, o homem apontado como o responsável pelo atropelamento – que até o momento não tem a identidade revelada pela polícia – estava em liberdade após pagar fiança. “Não se pode considerar um país em que os verdadeiros assassinos estão soltos nas ruas”, disse Conceição Atariba, amiga de Dutra.

Já a viúva do motorista, a enfermeira Leny Cristine, estava bastante abalada. Mesmo assim, ela disse: “O Estado que a família executa medalhas para garantir que o responsável arque com a morte de Duda. Até o momento, a resposta que obtivemos da polícia foi apenas que este homem está solto e seguindo a sua vida normalmente. Enquanto isso, nossa vida está destruída após esta morte repentina”, disse.

Após percorrer a Avenida Lourenço Vieira da Silva, o ato foi finalizado próximo à entrada da Uema. Ainda segundo os familiares,

SÃO LUÍS

Em média, 14 acidentes por dia

Em levantamento divulgado por O Estado no dia 11 de abril deste ano, a Delegacia de Acidentes de Trânsito (DAT) informou que, até aquela data, São Luís registrava uma média de 14 acidentes por dia. De acordo com a DAT, o número se refere a colisões com danos materiais, lesões corporais e mortes.

res, caso não sejam tomadas providências judiciais, novas manifestações deverão ocorrer. “Não vamos deixar que esta morte seja em vão. Foi um atropelamento que aconteceu e o que exigimos não é nada mais do que justiça”, afirmou a viúva.

Relembra

De acordo com testemunhas, Dutra – que estava de folga no dia de sua morte – aguardava, por volta das 16h, para atravessar a rotatória para ter acesso ao campus da Uema, onde praticava atividades físicas. Enquanto esperava pela passagem dos veículos, ele foi atingido pelo condutor de um HB20 de cor preta. Ainda segundo populares, o condutor do veículo apresentava sinais de embriaguez. O caso foi registrado no plantão policial da Cidade Operária. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 29 / 06 / 2017	Página 04	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

ARAÇAGI

Justiça manda dois ladrões para cadeia

Investigadores da Delegacia Especial da Raposa, em cumprimento a mandados judiciais, localizaram e prenderam dois indivíduos considerados de alta periculosidade que vinham agindo na região do Araçagi e Favela do Araçagi, onde estavam invadindo residências para roubar, investindo contra suas vítimas com extrema violência.

Os acusados Rafael Tavares Tito e Hugo Marcelo Garcês tiveram em seu desfavor mandados judiciais de prisão preventiva pela prática de assaltos a residências. O delega-

do Marconi Caldes disse que os dois agiam sempre em parceria com Hamilton Moraes Santos, que já se encontra preso, aterrorizando a população da região.

Outro suspeito preso foi Ismael da Silva Pinto Bandeira. Ele foi localizado na Vila Luizão pelos investigadores da Delegacia de Roubos e Furtos e tinha em seu desfavor um mandado de prisão preventiva. Ele é acusado de assaltos e um latrocínio na forma tentada. Já foi encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.(DC)



Hugo e Rafael tiveram prisão decretada pela Justiça

SANTA INÊS

Matou mulher e levou 25 anos de prisão

Em júri promovido pela 3ª Vara da Comarca de Santa Inês na terça-feira, 27, Paulo José Gonçalves Filho foi condenado a 25 anos de reclusão pela acusação de homicídio praticado contra a ex-companheira, Maria Antônia Lage dos Santos. A pena deve ser cumprida em regime inicialmente fechado, na Penitenciária de Pedrinhas. Por decisão do Conselho de Sentença, outra acusada pelo crime, Halleyssa Diniz Pinheiro, atual companheira do réu, foi absolvida da acusação. Presidiu o julgamento a juíza Ka-

riny Reis Bogéa Santos, titular da vara.

De acordo com os autos, o crime foi praticado no dia 29 de janeiro de 2014, por volta da meia-noite, na casa da vítima, quando o acusado teria pedido para conversar com a vítima, que o deixou entrar na residência. Ato contínuo, o réu teria iniciado uma discussão com a ex-companheira, cobrando da mesma uma explicação para uma suposta traição cometida por ela anos antes. Na ocasião, sem permitir qualquer chance de defe-

sa, desferiu contra a vítima os golpes de martelo que a mataram. Ainda de acordo com os autos, na ocasião, o acusado se fazia acompanhar da atual companheira, Halleyssa.

No julgamento, por maioria dos votos, o Conselho de Sentença reconheceu que Halleyssa concorreu para o homicídio, uma vez que teria premeditado o crime junto com Paulo José, além de incentivá-lo a praticar o delito, acompanhando-o à casa da vítima e aguardando a consumação do homicídio para dar fuga ao réu. Ainda por

maioria de votos, o Conselho de Sentença decidiu pela absolvição da acusada.

Na sentença, a magistrada ressalta a culpabilidade exacerbada verificada na conduta do réu que ceifou a vida da ex-companheira com a qual conviveu por 15 anos e com quem teve uma filha.

Definindo como altamente reprovável o motivo do crime - uma suposta traição -, a juíza destaca o fato da filha do casal ter ficado órfã de mãe e ainda ter de conviver com o fato de que o próprio pai matou a mãe.

SEM NOÇÃO

Jovem enciumado mantém ex-namorada em cárcere

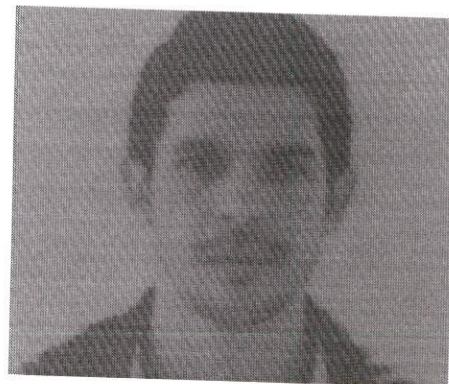
Um caso de cárcere privado aconteceu na noite de terça-feira, no Maiobão, onde um rapaz, desesperado ao ser abandonado pela namorada de sete anos, foi à sua casa e ali a ameaçou com uma arma de fogo, no momento em que ela retornava da academia, na companhia do novo namorado.

O acusado Cássio de Oliveira Silva, 32 anos, foi à casa da ex-namorada Ilza Cristina de Jesus Silva, 24 anos, de quem estava separado a cerca de um mês e sempre tentando uma reconciliação. Ali, a abordou com um revólver em punho. O novo namorado correu para se esconder e, então, Cássio convidou a ex-namorada para sair dali, tendo ela prontamente lhe entregado a chave do próprio carro e saiu com ele.

O alarme foi dado e Cás-

sio foi acusado de sequestro, passando a ser procurado por policiais civis que estavam nos plantões do Maiobão e da Rua do Norte. Somente por volta das 3 horas da madrugada desta quarta-feira, o casal foi localizado na suíte 14 do Motel Le Baron, no Turu. Os policiais cercaram a área e os delegados Carlos Alberto Damasceno e Pedro Adriano iniciaram as negociações para que Cássio Oliveira liberasse a ex-namorada e se entregasse. Familiares do acusado e da vítima também foram chamados e contribuíram nas negociações, tendo Cássio Oliveira Silva se entregado sem maiores problemas.

Ele foi autuado em flagrante no Plantão do Maiobão, acusado de sequestro, cárcere privado, ameaça e porte ilegal de arma.(DC)



Cássio Oliveira tentou forçar uma reconciliação



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 29/06/2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Divulgação/PC



"Zeca Urubu" foi preso com arma de fogo, maconha e objetos usados para embalar drogas

Líder do Bonde é capturado pela Seic no Alto do Turu

A Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) efetuou a prisão de José Ribamar Oliveira Silva, de 34 anos, no Alto do Turu, município de São José de Ribamar, na manhã dessa quarta-feira (28). De acordo com declarações da Polícia Civil, ele é considerado uma das lideranças da facção Bonde dos 4C. Em seu desfavor, havia um mandado de prisão preventiva pelo crime de tráfico de drogas.

"Zeca Urubu", como é conhecido

o criminoso, foi localizado com um revólver calibre 38, maconha e apetrechos utilizados para confeccionar as substâncias. Segundo o delegado Tiago Bardal, chefe da Seic, o mandado de prisão contra o suspeito é oriundo da Comarca de Humberto de Campos. A fonte descreveu que o até então foragido possui antecedentes criminais por homicídios e porte ilegal de arma de fogo.

(NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 29 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Homem sequestra e mantém ex-namorada em cárcere privado dentro de um motel.

Uma jovem de 24 anos, de nome Ilsa Cristina de Jesus Silva, foi sequestrada pelo ex-namorado, Cássio de Oliveira Silva, entre a noite de terça-feira (27) e madrugada de ontem (28). A vítima foi levada ao Motel Le Baron, no bairro do Turu, em São Luís, onde o suspeito a manteve em cárcere privado no local. Após quase meia hora de negociação, ele se entregou. Conforme explicações do delegado Armando Pacheco, titular da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), o rapaz abordou a ex-namorada na casa dela, na Vila São José, município de Paço do Lumiar, perto das 20h, quando a jovem estava acompanhada do atual namorado, Carlos Eduardo Silva Ferreira, 31. De acordo com o delegado, Cássio de Oliveira levou Ilsa no carro dela, sob ameaça de uma arma de fogo, um revólver calibre 32, que ele disse ter comprado em uma boca de fumo pelo valor de R\$ 1.300.

De lá, ele a levou ao motel, mas o local até então não havia sido identificado pelos familiares e amigos. Com o auxílio da polícia, o ambiente para onde o suspeito conduziu a jovem foi descoberto, o que iniciou um processo de negociação para que liberasse a vítima. Segundo Pacheco, o criminoso mantinha a jovem em cárcere privado na suíte 14 do Le Baron. Passados 20 minutos de diálogos, Cássio se entregou, por volta das 5h de ontem. O delegado Armando comunicou que a vítima não apresentava lesões pelo corpo, sendo que a ação policial foi elogiada pelos familiares dela. Eles namoraram por sete anos, mas estavam separados há um mês, como apurado pela reportagem do **Jornal Pequeno**. O rapaz, no entanto, ficou inconformado com o término da relação amorosa, ainda mais após descobrir que ela já estava se relacionando com outro homem.

(NELSON MELO)



Cássio de Oliveira foi preso após ter sequestrado a ex-namorada e mantê-la refém dentro de um motel

Divulgação



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça
**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 29 / 06 / 2017	Página 04		

Polícia Civil autua em flagrante sequestrador da ex-namorada

Crime ocorreu na noite de terça-feira, na Vila São José, em Paço do Lumiar, e o acusado responderá pelos crimes de cárcere privado, porte ilegal de arma e ameaças de morte

Cássio de Oliveira Silva, de 32 anos, que na noite de terça-feira sequestrou a jovem Ilza Cristina de Jesus Silva, de 24 anos, vai responder pelos crimes de cárcere privado, porte ilegal de arma de fogo e ameaça de morte. A vítima foi resgatada na madrugada de ontem de uma suíte de um motel, no bairro do Turu, após ser mantida refém por mais de 9 horas, sob a ameaça de ser morta. Ele foi preso e autuado em flagrante no plantão da delegacia do Maioão e em seguida levado para o Complexo de Pedrinhas.

O delegado Carlos Damasceno, da Supervisão de Áreas Integradas de Segurança Pública (Saisp) Norte, informou que o acusado manteve uma relação amorosa por um período de sete anos com a vítima, mas estavam separados há mais de um mês. Ainda segundo o delegado, Cássio Silva adquiriu recentemente um revólver calibre 32 por R\$ 1.300,00 em uma boca de fumo na capital.

Na noite de terça-feira, portando essa arma, ele abordou a jovem quando chegava a sua residência, na Vila São José, em Paço do Lumiar, em companhia de seu atual namorado, Carlos Eduardo Silva Ferreira, de 31 anos.

A vítima, sob ameaça de morte, foi levada em seu veículo, um



Cássio de Oliveira Silva disse que só pretendia dar um susto no rival

Honda City cinza, de placas não informadas, pelo criminoso. Carlos Eduardo Silva foi deixado no local. Após o fato, os familiares da vítima acionaram a polícia. Cássio de Oliveira trabalhava como gerente administrativo de um ponto comercial do ramo de madeireira, que pertence ao pai de Ilza Silva.

Buscas

Primeiramente, as buscas foram feitas por policiais militares e equipes de policiais civis comandadas

pelos delegados Vilamar e Maurício em Paço do Lumiar e bairros adjacentes.

Os primeiros pontos percorridos pelos policiais foram residências de familiares tanto da vítima quanto do acusado, e nos locais que o casal costumava frequentar quando estava namorando, mas não obtiveram sucesso.

Somente por volta das 5h de ontem os policiais, por meio de áudio enviado via WhatsApp pela vítima, conseguiram encontrá-los em uma

suíte de um motel, no bairro do Turu. "A polícia confirmou que o casal estava nesse motel ao constatar a placa do carro da vítima", declarou o delegado Carlos Damasceno.

Foi então montado um esquema para a negociação com o acusado. Para o local, foram os delegados Pedro Adriano, Vilamar e Maurício, policiais militares e do Corpo de Bombeiros, além de familiares dos envolvidos no caso.

Nervosismo

Segundo o delegado, Cássio de Oliveira estava muito nervoso e havia a possibilidade de ele cometer um ato de barbaridade. Foram necessárias algumas horas de negociação para que o acusado entregasse a arma e libertasse a vítima.

Cássio Silva foi preso em flagrante e conduzido para o plantão de Polícia Civil do Maioão, onde foi ouvido pelo delegado Carlos Damasceno. Ele disse que, ao saber que a vítima estaria namorando outra pessoa, acabou comprando uma arma de fogo com a intenção de dar um susto em Carlos Eduardo Silva e assim reatar o relacionamento com Ilza Cristina. O delegado afirmou que o deido declarou que estava arrependido de ter cometido esse crime. ●

Bandido morre ao enfrentar PMs na C. Operária

Suspeito de assaltos no Viva do bairro reagiu à abordagem e foi baleado; seu comparsa foi preso

Somente na manhã de ontem foi liberado o corpo de Luis Paulo de Sousa Mendes do Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para os familiares. De acordo com as informações da polícia, ele teria sido morto ao trocar tiros com militares na noite de terça-feira em um arruial no Viva da Cidade Operária. Ainda nessa ação policial foi preso Anderson Santana dos Santos, de 20 anos, que estava portando uma arma de fogo e é acusado de cometer assalto no bairro.

O tenente-coronel Marques Neto, comandante do Batalhão Tiroletes, disse que Luis Paulo, em companhia de Anderson dos Santos, estaria assaltando na área da Cidade Operária. Inclusive, a dupla havia roubado duas pessoas que estavam no Viva. Os policiais militares, ao tentar prender os assaltantes, foram recebidos à bala.

Houve troca de tiros e um deles atingiu Luis Paulo, que morreu no Hospital Socorrão II, na área da Cidade Operária. O seu cúmplice, que portava a arma de fogo, foi preso e apresentado no plantão de Polícia Civil da Cidade Operária, onde foi autuado.

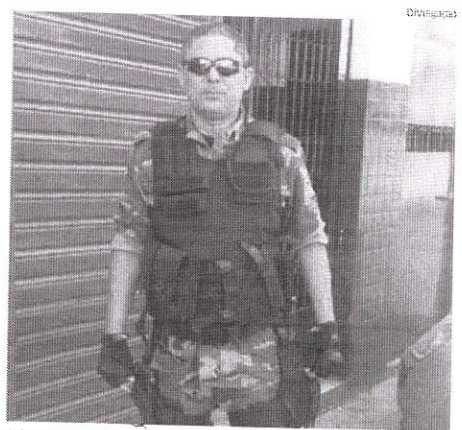
Também durante a noite de

terça-feira, ocorreram mais duas mortes violentas na Ilha. A polícia informou que Alcides Santos da Silva Filho, de 18 anos, foi morto a tiros por homens não identificados, na Cidade Olímpica. A outra vítima foi de acidente de trânsito, no bairro do João Paulo, e identificada como Augusto Rocha das Neves, de 77 anos.

Mais acidentes

Na manhã de ontem, ocorreu a morte do cabo Souza, da Polícia Militar. O militar foi vítima de acidente de trânsito, na MA-012, zona rural de Esperantinópolis. Ainda segundo a polícia, o militar conduzia um veículo Fiat Uno, retornando da festa de aniversário de 63 anos dessa cidade.

A vítima perdeu o controle no trecho da rodovia conhecido como Curva dos Araes, saiu da pista e capotou várias vezes. Populares ainda tentaram socorrer o militar, mas ele morreu no local, e o corpo foi removido para o hospital dessa cidade. O cabo Souza ingressou na polícia no ano de 2007, trabalhou em Timon e no momento estava lotado no 19º Batalhão da Polícia Militar de Pedreiras. ●



Cabo Souza, da PMN, morreu em acidente em Esperantinópolis

Sargento é baleado por assaltante na cidade de Codó

Mais um policial militar foi baleado por bandidos. É o segundo caso em menos de uma semana. A vítima de ontem foi o sargento identificado como Denilson, que foi baleado na cabeça quando realizava incursão na cidade de Codó. De acordo com as informações da polícia, o sargento foi levado para o hospital da cidade, onde recebeu tratamento, e não corre risco de morte.

O tenente-coronel Jurandir, comandante da companhia, informou que o sargento, em companhia de outro militar, foi atender a ocorrência de uma dupla, em uma motocicleta, que praticava assaltos na cidade. Os militares se depararam com os assaltantes nas proximidades do Banco do Nordeste e foram recebidos a tiros.

Um dos tiros atingiu a vítima, atingindo de raspão a cabeça do militar. Os criminosos fugiram em seguida e o sargento foi levado para o hospital. O tenente-coronel Jurandir disse ainda que policiais estão fazendo busca na região com o objetivo de prender esses criminosos. Até a tarde de ontem duas pessoas tinham sido conduzidas para a delegacia para serem investigadas. "Há suspeitos de os delitos terem sido os autores dos disparos contra o sargento Denilson", declarou o tenente-coronel. ●

Agência dos Correios em Humberto de Campos de Campos é assaltada

A agência dos Correios na cidade de Humberto de Campos foi assaltada ontem, mas o valor levado pelo criminoso não foi divulgado pela polícia. Até o início da noite, não havia registro de prisão do acusado.

Ainda segundo informações da polícia, o assaltante armado de arma de fogo invadiu a agência e fez um verdadeiro arrastão. Ele teria levado o dinheiro dos caixas e os pertences de funcionários e dos clientes.

O assaltante, com o dinheiro e objetos de valor roubados, fugiu em uma motocicleta de placa e marca não identificadas. Os militares ainda realizaram rondas na cidade mas não conseguiram prender o criminoso. O caso foi registrado na delegacia de Polícia Civil da cidade.

Em São Luís, a polícia informou que no começo da tarde de ontem uma loja, localizada no Cobatrac, foi assaltada. Até o fim da tarde, uma guarnição da Polícia Militar estava realizando ronda na área. ●

NA WEB

Líder de facção é preso no Alto do Turu
oestadoma.com/430561

Mais notícias de Polícia em: oestadoma.com.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 30 / 06 / 2017	Página 05	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ministério Público contra a corrupção

Em entrevista a **O Imparcial**, procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, defende postura firme para combater a corrupção no país



PAULO DE TARSO JR.

Os atos de corrupção no Brasil que vira e mexe estampam as páginas dos jornais ou os principais sites de notícias ainda estão bem longe de chegarem ao fim. Tal problema é algo que se tornou cultura, mas que, com o tempo, pode deixar de ser. Pelo menos este é o pensamento do pro-

curador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho. Em entrevista a **O Imparcial**, ele defende uma postura firme no combate à corrupção e elogia a atuação do Ministério Público na busca de reverter o cenário atual. O procurador-geral afirma que o primeiro passo para mudar a triste situação é investir na prevenção. Neste caso, prevenir significa educar. E, pensando em uma maneira mais

eficaz de combater a corrupção no Maranhão, é que o MP desenvolveu o programa institucional "Ministério Público contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal", ação que está sendo bastante elogiada nacionalmente. O projeto é um dos três finalistas do prêmio do Conselho Nacional de Ministério Público, que premia as melhores ações desenvolvidas pelos MPs de todo o país.

Com apenas um ano como procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho colhe os frutos das iniciativas pioneiras do órgão para reduzir a corrupção, como é o caso das campanhas "A cidade não pode parar" e "O dinheiro do Fundef é da educação". Em 2017, o Ministério Público completa 50 anos de autonomia com o objetivo claro de combater a corrupção no estado.

ENTREVISTA// Luiz Gonzaga Coelho

Como acabar ou diminuir a corrupção?

A corrupção é uma doença crônica, endêmica que, infelizmente, insiste em não morrer, apesar de toda atuação do Ministério Público. Temos que investir na educação, na base. Entendemos que nós temos que combater esse mal da corrupção através da prevenção no meio principal que é a educação. Se existem políticos corruptos é porque existe o corruptor. É uma luta sem tréguas, permanentemente.

Como o Ministério Público está atuando com relação à repressão a políticos?

Estamos agindo com muita firmeza. Posso assegurar que o Ministério Público tem agido de forma bastante firme. Temos tanto os promotores de base entrando com as ações neste sentido e o Ministério Público, aqui em segundo grau, atuando em todos os processos no combate à improbidade e à corrupção. Criamos aqui um núcleo de investigação para políticos detentores de foro de prerrogativa de função. Essa é uma investigação especial de ilícitos praticados por agentes públicos detentores de foro de prerrogativa.



tribunal, o Ministério Público tem recorrido de todas as decisões que entende que há elementos para a condenação.

O senhor acredita que esta cultura da corrupção possa mudar algum dia?

Temos que enfrentar a corrupção sobre três eixos: prevenção (educação), repressão e transparência. Quanto mais transparência, mais você diminui a corrupção porque todo cidadão está no direito de fiscalizar. As instituições estão fortalecidas. Estão todos procurando cumprir o seu papel para poder atuar com firmeza no combate contra a corrupção. E, com estes outros fatores, tenho certeza que a gente vai conseguir avançar e criar uma cultura da responsabilidade. Aqui, hoje, o que prevalece, é a cultura da irresponsabilidade, são os costumes do jeitinho brasileiro, da malandragem.

Como o Ministério Público está se preparando para combater e fiscalizar caixa-dois nas campanhas políticas nas próximas eleições?

Acho que a reforma política é algo necessário e indispensável. A prática do caixa-dois, pelo que se vê, está inclusive tramitando no Congresso Nacional. Se tenta criar uma roupagem para poder regularizar e legalizar essa prática do caixa-dois porque todos os partidos políticos usam. Segundo as informações que temos pela mídia, todos os partidos estavam praticando isso. Eles estão buscando uma solução que seria criminalizar aqueles que receberam o dinheiro e não declararam e buscar a isenção dos políticos que recebiam e declararam. Tem que se combater essas práticas do caixa-dois. O Ministério Público espera que não se legalize esta prática. O posicionamento do MP é que não pode haver afrouxamento moral. O momento é de fortalecimento dessas medidas de combate à corrupção.

Acho que a reforma política é algo necessário e indispensável. O posicionamento do MP é que não pode haver afrouxamento moral. O momento é de fortalecimento dessas medidas de combate à corrupção

Como é a atuação do MP com as outras instituições?

Temos trabalhado em parcerias. Nós só vamos conseguir avançar nessas práticas de combate à corrupção se atuarmos em rede, e é o que o Ministério Público tem feito. Criamos as redes de controle de gestão pública. Temos hoje parcerias com a Controladoria Geral da União (CGU), Secretaria de Estado de Controle e Transparência, Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), Ministério Público de Contas (MPC), Ministério Público Federal (MPF), Advocacia-Geral da União (AGU), Procuradoria Regional Eleitoral, Rede de Controle da Gestão Pública, Movimento Maranhão Contra a Corrupção e Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Acho que esse



Essa questão tem que ser analisada dentro de um contexto. Ela é um tanto quanto falaciosa. O Ministério Público e a polícia prendem e, em algumas situações, acontece o afrouxamento das nossas leis.

O que o senhor acha da frase "a polícia prende, mas a justiça solta"?

Essa questão tem que ser analisada dentro de um contexto. Ela é um tanto quanto falaciosa. O Ministério Público e a polícia prendem e, em algumas situações, acontece o afrouxamento das nossas leis. É o Congresso Nacional que dá os benefícios. A sociedade tem que entender que a Justiça está aplicando a lei. Naquelas saídas temporárias, muitas vezes o Ministério Público não concorda porque aquela pessoa pode cometer outro crime lá fora, mas ele é obrigado a dar porque está previsto. O MP tem atuado para diminuir a criminalidade. A criminalidade cresce porque temos ausência de políticas públicas.

A corrupção sempre existiu desde que o Brasil foi descoberto por Cabral. Nós temos combatido eficazmente. As demandas são crescentes. Assim como cresce a população, cresce também a atuação nossa de combate à corrupção

Aumentaram os casos de políticos envolvidos em improbidade e corrupção no último ano?

A corrupção sempre existiu desde que o Brasil foi descoberto por Cabral. Nós temos combatido eficazmente. As demandas são crescentes. Assim como cresce a população, cresce também a atuação nossa de combate à corrupção. Tivemos vários escândalos no Brasil. O Ministério Público tem atuado e vai continuar fazendo seu papel denunciando e buscando a condenação dessas pessoas. Quero deixar bem claro que, nos casos que a gente entra com as ações e não consegue lograr êxito no

trabalho é muito importante para combatermos a corrupção.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 30 / 06 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Governo Flávio Dino reduziu 98% dos repasses à Saúde de Caxias em 2017

Dados referem-se a aportes para o Fundo Municipal de Saúde no primeiro semestre; foram mais de 23 milhões em 2016, e apenas R\$ 400 mil em 2017

GERAL FÉDRA
Da redação de Política

O governo Flávio Dino (PCCdoB) reduziu em 98% o total de repasses do Fundo Estadual de Saúde (FES) ao Fundo Municipal de Saúde (FMS) da cidade de Caxias, em 2017.

Os dados constam do Portal da Transparência do Governo do Estado e referem-se aos seis primeiros meses deste ano, em comparação com o mesmo período de 2016.

Segundo levantamento de O Estado na plataforma de dados abertos do Executivo, de janeiro a junho de 2016 a gestão comunista repassou ao Fundo de Saúde de Caxias – cidade então administrada pelo aliado Leo Coutinho (PSB) – valores que, somados, chegaram a R\$ 23.754.368,62.



Por meio da Secretaria de Saúde, governo Flávio Dino segue negando existência de perseguição política

Dados constam do Portal da Transparência

Cortes coincidem com mudança de gestão

No mesmo período de 2017 – e já sob a administração do prefeito Fábio Gentil (PRB), que é adversário político do Palácio dos Leões – foram repassados apenas R\$ 446.067,40. O valor corresponde a 1,87% do que foi enviado ao município há um ano. Para se ter uma ideia da disparidade, o menor repasse do ano passado foi de R\$ 313,1 mil, quase o total registrado agora.

De outro lado, houve repasses milionários registrados em 2016: R\$ 6,1 milhões em fevereiro; R\$ 11,7 milhões em maio e R\$ 2,2 milhões em junho.

Seletividade

Apesar da flagrante diferença de tratamento ao Município de Caxias após a troca de gestão, o governo Flávio Dino garantiu, em nota encaminhada a O Estado, que "os critérios utilizados para repasses de recursos estaduais na

área da Saúde para municípios são técnicos e atendem a demandas ao nível regional e municipal, para reduzir lacunas assistenciais históricas".

Segundo os comunistas, não há "seletividade" nem "conveniência política para atordoiamento de demandas".

Maternidade

O governo afirma, ainda, que a diferença nos valores repassados diz respeito ao fato de que, em 2016, ainda estava em vigor um convênio que garantia verbas para a manutenção da Maternidade Carmosina Coutinho.

Com o fim do convênio, o governo diz que já não assumiu a gestão da unidade. "Justamente para elevar os investimentos ao município, a Secretaria de Saúde fez por meio da proposta de gestão e custeio integral da Maternidade Carmosina Coutinho à gestão municipal, que teria ao longo do ano recursos da ordem de R\$ 16 milhões para a manutenção da unidade", ressalta o comunicado.

A proposta, no entanto, não foi aceita pela Prefeitura de Caxias. E os recursos, então, deixaram de ser repassados.

NÚMEROS

R\$ 23,7

milhões foram repassados a Saúde de Caxias no primeiro semestre de 2016

R\$ 446

mil é o total repassado no mesmo período durante o ano de 2017

SES contesta versão de Fábio Gentil em entrevista

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) contesta, por meio de nota, a versão do prefeito da cidade de Caxias, Fábio Gentil (PRB), de que documentos apresentados pelo gestor comprovavam o corte de recursos para a Saúde daquele município.

Na nota, a SES afirma que tem mantido um aporte mensal de R\$ 4 milhões ao município e que já possui a gestão e o custeio integral de uma maternidade situada em Caxias.

"A Saúde de Caxias recebe o aporte mensal de R\$ 4 milhões do Estado, através de investimento direto e repasse. Por meio de ofício, a secretaria propôs a gestão e o custeio integral da Maternidade Carmosina Coutinho, o que por si só

já representaria um investimento no município de R\$ 16 milhões ao ano", destaca trecho da nota.

A SES também afirmou que a manutenção do Hospital Macrorregional, construído por meio do Programa Saúde e Vida, da gestão do ex-governador José Sarney (PMDB), repõe no município uma modalidade de atendimento supostamente não oferecida pela administração municipal.

"O Hospital Macrorregional Gerardo Aragão tem atendimento, inclusive, urgência e emergência, recebendo os pacientes municipais, tendo em vista a suspensão e incapacidade do município nesta modalidade de atendimento nas unidades municipais", aponta, outro trecho. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	
DATA 30 / 06 / 2017		Página 03	
		<input checked="" type="checkbox"/> Outros Estado Maranhão <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Cassado

O juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, da 30ª Zona Eleitoral, cassou na quarta-feira, 28, o prefeito de Mirinzal, Jadilson Coelho (PSB), e o seu vice, Derson Ribeiro (Pros).

Eles foram condenados por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2016, tiveram os diplomas cassados e foram declarados inelegíveis por oito anos.

Apesar da decisão, ambos permanecem nos cargos porque os recursos que vão interpor nos TRE-MA têm efeitos suspensivos.

Prisão

A cassação do prefeito e do vice-prefeito de Mirinzal remonta a uma prisão ocorrida na cidade no dia da eleição do ano passado.

Na ocasião, o então prefeito da cidade, Amaury Almeida (PDT), foi preso por suposto crime eleitoral. Depois, divulgou-se que o motivo da prisão seria uma tentativa de homicídio.

O pedetista é adversário do governo e atribui sua prisão a perseguição política, como forma de beneficiar o atual prefeito. Foi com esse argumento que ele conseguiu a cassação de Jadilson.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 30 / 06 / 2017	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Rede de atendimento à mulher combate feminicídio

Um suringão, um empurrão, um puxão de cabelo, um tapa. Esses tipos de agressões são comuns na violência doméstica conjugal e podem ser as primeiras características que levam ao feminicídio — o assassinato de uma mulher pelo fato de ser mulher.

Os crimes contra mulheres ligados ao menosprezo da figura feminina no Maranhão têm chamado a atenção para o fortalecimento de políticas públicas voltadas a esse problema. Entre os objetivos da Secretaria de Estado da Mulher (Semu), está o de disseminar a conscientização sobre o assunto e fazer saber que existe uma lei que ampara as mulheres.

"Estamos nos empenhando em fazer com que as pessoas conheçam, por meio de campanhas educativas, a Lei do Feminicídio (Lei de Nº 13.164/15). A Lei é nova e é fundamental que todos saibam que ela existe e seja inserida em nosso dia a dia, da mesma forma que a Lei Maria da Penha já faz parte da discussão de pauta política das mulheres", diz a secretária Laurinda Pinto.

Orientação

Para a delegada de Polícia Civil e coordenadora das Delegacias da Mulher do Maranhão, Kazumi Tanaka, a principal orientação é que a vítima precisa identificar a violência e denunciar o agressor. "É necessário que a mulher compreenda o risco da violência em que está inserida e que a mesma tome uma atitude o quanto antes. Esse primeiro passo é muito importante, ainda que seja apenas para se informar sobre quais órgãos dentro da política pública podem ajudá-la", orienta a delegada.

Para Tanaka, o feminicídio é um problema que está além da segurança pública. Para evitar que esses crimes aconteçam, é preciso que haja investimento na política pública que previne e enfrenta esse tipo de criminalidade. "É importante ampliar e deixar mais forte a rede de atendimento à mulher em situação de violência, pois assim é possível recebê-la de maneira especializada", explica.

De acordo com a secretária Laurinda Pinto, o Governo



É necessário que a mulher compreenda o risco da violência em que está inserida e que a mesma tome uma atitude o quanto antes. Esse primeiro passo é muito importante, ainda que seja apenas para se informar sobre quais órgãos dentro da política pública podem ajudá-la.

Kazumi Tanaka,
coordenadora das
Delegacias da Mulher
do Maranhão

do Estado tem buscado ampliar o trabalho de divulgação, prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher no estado. Essas ações são ampliadas para todos os municípios por meio dos Organismos de Política para Mulheres (OPM). "Em todo o Brasil o Maranhão é o estado que possui o maior número de OPMs. Até agora são 83, e a nossa meta é chegar a 100 até o final deste ano." Recentemente, foi criado o Departamento de Feminicídio, por meio da Secretaria de Segurança Pública (SSP), para prevenir e coibir a prática de homicídio de mulheres em função do gênero no estado.

Em princípio, o departamento tem atuação em São Luís e nos três municípios que formam a região metropolitana e ainda vai trabalhar os casos mais emblemáticos ocorridos no interior do estado.

FEMINICÍDIO

O feminicídio se destaca por ser um assassinato de uma mulher pela condição do seu gênero, que pode ser em decorrência da violência do marido, familiar ou qualquer outro tipo. O termo passou ser novo, mas tem mais de 40 anos, tendo surgido na década de 1970. O problema é o que tem ainda é pouco discutido e nem sempre as vítimas se dão conta do risco.

De acordo com Tanaka, é importante o uso desse termo porque era necessário diferenciar o crime de mulheres de diferentes crimes com outras motivações, como a violência urbana, de crimes que ocorrem em função da cultura machista, onde há o menosprezo da figura feminina.

Além de buscar se as mulheres estão sendo assassinadas em função da violência de gênero, podem ser criadas estratégias específicas de combate a esse tipo de realidade no estado", explica Kazumi Tanaka.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

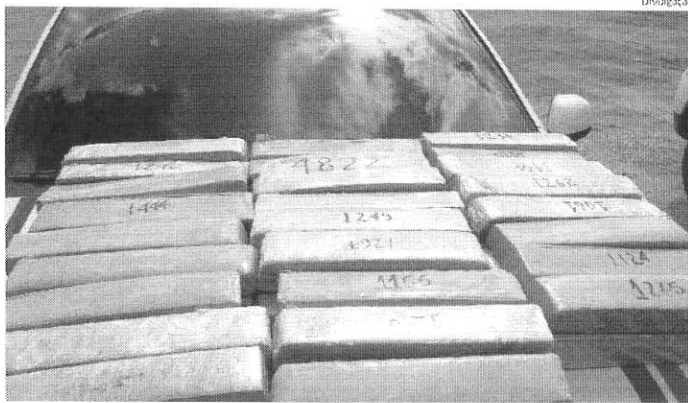
VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 30 / 06 / 2017	Página 06	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Duas paulistas são presas com 60 kg de maconha em Arari

Droga transportada pela dupla seria comercializada em São Luís, segundo informou a Polícia Militar; mulheres já teriam feito a mesma rota outras duas vezes e, em cada viagem, chegaram a ganhar R\$ 4 mil pelo "serviço"

As paulistas identificadas como Tamires Fernanda da Silva, de 29 anos, e Andrezza Edivigens da Silva, de 35 anos, foram presas ontem no Terminal Rodoviário da cidade de Arari acusadas de tráfico de entorpecente. Segundo a polícia, a dupla criminosa estava transportando de São Paulo um total de 60 quilos e 595 gramas de maconha prensada para ser comercializado na capital maranhense.

O soldado Taio Henrique Lima, lotado na 3ª Companhia Independente da Polícia Militar, declarou que as paulistas já estavam sendo monitoradas pela polícia. Inclusive, elas são suspeitas de terem trazido mais duas outras vezes somente este ano droga para São Luís e em cada viagem chegaram a ganhar em torno de R\$ 4 mil. Na capital, geralmente, elas ficam hospedadas em hotel, localizado na Praia Grande, área do Reviver.



Droga foi descoberta por policiais na rodoviária, graças a monitoramento das duas traficantes

Taio Lima também informou que as criminosas deixaram a capital paulista em um ônibus de turismo e desceram na Rodoviária de

Vitória do Mearim, na manhã de ontem, onde tomaram um ônibus da interestadual, que tinha como destino São Luís. A guarnição da

corporação militar ficou ciente por meio de investigação que elas iriam passar por Arari e na rodoviária dessa cidade foi feita a

abordagem.

Os militares ao revistarem o ônibus encontraram três malas, pertencentes à dupla criminosa, contendo 52 tabletes de maconha. Elas foram presas em flagrante e conduzidas para a Delegacia de Polícia Civil de Arari onde tomaram as devidas providências. "O caso também vai ser repassado para a Senarc para continuar com a investigação, pois, há mais pessoas envolvidas nessa ação ilegal", disse o soldado.

Mais prisão

Um cerco policial realizado durante a noite da última quarta-feira conseguiu retirar de circulação sete acusados de comercializarem drogas no Residencial Paraíso, área Itaquí-Bacanga, como ainda apreenderam maconha e crack.

Os militares do 1º Batalhão da Polícia Militar ao realizarem uma

abordagem na residência de Nubia Martins Costa, localizada nesse bairro, encontraram vários papéis de maconha prontos para serem comercializados. Neste local, Nubia Costa foi presa como ainda os seus cúmplices de crime, Cianne Késsia Machado Cardoso, Victor Costa Lobato, Rosália de Fátima da Cruz e Anderson Costa Lobato.

Em uma outra casa, que pertence a Kelly Regina Vieira de Araújo Portela, também localizada no Residencial Paraíso, foi apreendida uma quantidade de crack. Os militares prenderam a dona desse local como também Antônia Rayara da Silva.

Todos os detidos foram conduzidos ao Plantão de Polícia Civil Itaquí-Bacanga e a droga apreendida vai ser encaminhada no decorrer desta semana ao Instituto de Criminalística (Icrim), no Bacanga, para ser periciada. ●

STF nega liberdade a Júnior Bolinha no Caso Décio Sá

Pedido já havia sido indeferido pelo STJ e, segundo ministra, pressupostos autorizadores da revogação da prisão estão ausentes

O Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou quarta-feira, 28, que a ministra Rosa Weber negou na última quarta-feira o pedido de liminar de habeas corpus impetrado em favor de José Raimundo Sales Chaves Júnior, Júnior Bolinha, que está preso preventivamente no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, pelo crime de homicídio triplamente qualificado e teve como vítima, o jornalista e blogueiro, Aldenísio Décio Leite de Sá, Décio Sá, e associação criminosa. O assassinato ocorreu no dia 23 de abril de 2012, na Avenida Litorânea.

Esse pedido de habeas corpus, anteriormente, tinha sido denegado pelo Superior do Tribunal de

Justiça (STJ). A ministra do STF, Rosa Weber, afirmou que o ato do STJ foi fundamentado. "Em análise de cognição sumária, não detecto a presença dos pressupostos autorizadores da concessão da medida liminar com a imediata revogação da prisão preventiva", explicou a ministra.

Ainda segundo Weber, o tribunal avaliou que não há constrangimento ilegal na manutenção do acusado em custódia provisória desde 2012, pois o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) apontou que, além das peculiaridades do caso concreto, houve contribuição da defesa dos acusados para a demora no trâmite da ação penal.

A ministra também solicitou informações do juízo da 1ª Vara do Tribunal do Juri de São Luís sobre a ação penal em que figura como acusado José Raimundo Sales Chaves Júnior quanto aos motivos de eventual demora no julgamento do processo e se os autos já retornaram para aquele juízo.

Outros pedidos

No ano de 2013, o juízo da 1ª Vara do Tribunal do Juri de São Luís decretou a prisão preventiva de José Raimundo Sales Chaves, conhecido por Júnior Bolinha, sob a acusação ter intermediado a contratação de um pistoleiro para matar Décio Sá. Enquanto o motivo seria as postagens



Bolinha segue preso; ministra não vê fundamento para soltura

feitas no blog de Décio Sá sobre agiotagem e um crime cometido no estado do Piauí.

Tanto o Tribunal de Justiça do Maranhão como o Superior do Tribunal

de Justiça (STJ) negaram pedido de liberdade apresentado pela defesa. No habeas corpus impetrado no STJ, a defesa do acusado alega excesso de prazo para formação de culpa, pois

ele está preso desde junho de 2012. Sustenta ainda que a fundamentação para sua custódia é inidônea e que o STJ se omitiu em apreciar a possibilidade de aplicar medidas cautelares diversas da prisão.

Mais envolvidos

Além de Júnior Bolinha, a polícia informou que José Alencar Miranda Carvalho, Gláucio Alencar Pontes de Carvalho (filho de José Alencar), também estão envolvidos nesse crime e ainda não foram julgados.

A Justiça, até o momento, condenou o assassino confesso do jornalista, identificado como Jonathan de Souza Silva, a 27 anos e 5 meses, e Marcos Bruno Silva de Oliveira, motociclista que deu fuga ao criminoso, a 18 anos de prisão. A polícia, investigando a morte de Décio Sá com a delação Operação Detonando, descobriu a existência de crime de agiotagem envolvendo 42 prefeituras do Maranhão e tendo como os principais líderes José Alencar e Gláucio Pontes. ●